

Continua desacordo sobre propriedade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Novo impasse surgiu ontem na votação do direito de propriedade, na Assembleia Nacional Constituinte: nem o projeto do Centrão nem o da Comissão de Sistematização alcançaram maioria absoluta — 280 votos — para serem aprovados e a votação foi adiada para hoje. Antes do início da sessão, o relator Bernardo Cabral deverá apresentar, no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um texto alternativo ao artigo 38, relativo à propriedade, para que seja tentado um novo acordo.

Na primeira votação foram registrados 248 votos contra o texto do Centrão, 236 a favor e 19 abstenções. Na segunda, 255 votaram a favor do texto da Sistematização, 214 contra e 42 pela abstenção. Para aprovar um dos dois textos, seria necessário 280 votos, no mínimo. "Estamos caminhando para o buraco negro", afirmou um dos líderes do Centrão, senador José Lins (PFL-CE), enquanto os constituintes de esquerda comemoravam sua vitória parcial.

Nenhum líder discursou no encaminhamento da votação do texto do Centrão. Os integrantes do grupo limitaram-se a informar que votaram a favor, enquanto a esquerda confirmava seu voto contrário. Neste período, o deputado Gastone Ri-

ghí (PTB-SP) revelou que o Centrão estava dividido, mas anunciou que o grupo votaria a favor do texto do acordo firmado na véspera na presença do presidente em exercício, Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto. O deputado Gérson Peres (PDS-PA), outro integrante do Centrão, correu aos microfones de apertes para informar que o grupo não aceitaria acordos feitos fora da Constituinte. "Não aceitamos esse acordo que depõe contra a soberania e independência dessa Assembleia", afirmou Peres. O presidente da Mesa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), resolveu a questão esclarecendo que não havia sido formalizado nenhum texto de acordo.

Após a proclamação do primeiro resultado, líderes do Centrão e da esquerda ocuparam as tribunas para defender suas posições. Em nome do Centrão, o deputado Bonifácio Andrada (PFL-MG) refutou a argumentação do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que afirmou que o texto da Sistematização para o direito à propriedade era semelhante ao de vários outros países do mundo como a Itália, a Espanha, a Alemanha e o Japão. Esses países submetem a propriedade privada ao interesse social.

"Não vamos nos curvar ao imperialismo jurídico de outros países — disse Bonifácio Andrada —, já temos ensinamentos suficientes no

direito brasileiro." Também o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, em defesa do texto do Centrão, afirmou que o projeto da Comissão de Sistematização era incoerente. Não é concebível que se tire com a esquerda o que se dá com a direita", disse. Para Passarinho, quando subordina a propriedade privada ao interesse social, o texto da Sistematização "dá suporte para que um governante de baixos sentimentos desapropriar por interesse pessoal". Ele defendeu, finalmente, a busca do entendimento para se chegar ao meio-termo: "Não somos a maioria do direito de usar e abusar nem da destruição da propriedade privada", explicou.

Em seguida, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, defendeu o seu texto, dizendo que ele não era cópia de nenhum texto estrangeiro, mas das Constituições brasileiras de 1946 e 1967. As duas, conforme salientou, também condicionavam o uso da terra ao bem-estar social.

Em quase seis horas de sessão, a Constituinte aprovou apenas um parágrafo do Título II, dos direitos e garantias fundamentais. Segundo o texto, "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento".

Hoje, nova tentativa de entendimento

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em entrevista concedida ontem à noite no Palácio do Planalto, ainda como presidente interino da República, lamentou que os constituintes não tenham aprovado, por falta de acordo entre as lideranças, a redação que trata do direito de propriedade. "Não é de hoje que temos feito um grande esforço para chegarmos a um entendimento. Eu mesmo fiz reuniões aqui no Palácio do Planalto com 24 constituintes, que tiveram um entendimento perfeito", disse o deputado, que tentará um novo acordo na reunião com as lideranças da Constituinte que promoverá hoje, às 11 horas, no seu gabinete.

O que ocorreu ontem no plenário da Constituinte com relação à votação do direito de propriedade, "cujo acordo já estava praticamente fechado", é mais uma demonstração de que há necessidade de entendimento entre as lideranças, afirmou Ulysses. Para ele, "é fundamental o entendimento, principalmente nas questões mais polêmicas".



Deputado ausente "vota" duas vezes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado José Sarney Filho (PFL-MA) estava no Maranhão, mas de acordo com o painel eletrônico do plenário da Constituinte ele votou duas vezes. A constatação e a denúncia foram feitas pelo líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro. Ele relatou que estava no plenário quando ouviu dois constituintes do Maranhão comentarem, a seu lado, as ausências do sobrinho e do filho do presidente da República, os deputados Albérico Filho e Sarney Filho. Brandão contou que no mesmo instante olhou em direção ao painel de votação e verificou que o nome do deputado Sarney Filho estava lá votando a favor da emenda do Centrão que trata de direito de propriedade.

Intrigado com a votação do "pianista", Brandão Monteiro dirigiu-se até o líder do PFL, José Lourenço, que confirmou a ausência do deputado. Sem se dar por satisfeito o líder do PDT resolveu ligar pessoalmente para o gabinete de Sarney Filho, ouvindo do funcionário que o atendeu que o parlamentar não se encontrava, embora sem esclarecer se em Brasília, ou nas dependências do Congresso.

Brandão Monteiro contou que, ao regressar ao plenário para a se-

gunda votação, pela segunda vez apareceu o nome de Sarney Filho, agora votando contra a proposta da Comissão de Sistematização, portanto de acordo com a liderança do Centrão. Finalmente, Monteiro resolveu denunciar o fato, pedindo à Mesa para apurar quem havia votado pelo filho do presidente. Ele exclui a "possibilidade de uma estratégia para desmoralizar o presidente Sarney porque, numa votação apertada como a de ontem, nenhum dos nossos iria dar um voto para o Centrão. Para mim ele é um dos suspeitos".

Já os deputados Benedito Gama (PFL-BA) e José Carlos Martinez (PMDB-PR) encaminharam à Mesa da Constituinte requerimento pedindo que os técnicos responsáveis pelo painel eletrônico localizem a bancada e o terminal onde foi registrado o voto do deputado. Segundo explicaram, os técnicos foram consultados e confirmaram a possibilidade de atender a solicitação.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE) observou que o problema permanecerá enquanto for mantida a bancada de votação suplementar para os constituintes que não sentaram nas cadeiras do plenário. "Muitos estão votando por colegas, o que envergonha a instituição", denunciou.

Ulysses diz que denúncia será apurada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, garantiu ontem no Palácio do Planalto que o ato do "pianista" que votou em nome do deputado Sarney Filho, que não estava no plenário, será devidamente apurado. "O corregedor da mesa da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), já deve estar trabalhando na identificação do elemento que abusou da confiança da instituição", acrescentou Ulysses.

Ulysses não soube dizer que tipo de punição caberá ao parlamentar "pianista", lembrando que isto ficará esclarecido depois de uma análise do regimento da Constituinte, que dispõe sobre o assunto. Admitindo que há falhas no processo de votação do plenário Ulysses afirmou: "Não existem leis perfeitas e nem sistemas operacionais que não dêem margem a falhas e uso indevido".

No caso do voto em nome do deputado Sarney Filho, ontem no plenário, Ulysses acredita na hipótese de ter sido uma atitude destinada a prejudicar o constituinte, que não estava presente e considera que a punição só caberá contra o parlamentar que praticou a fraude.

Na sexta-feira o presidente da Constituinte foi alertado pelos deputados peemedebistas Haroldo Sabóia e Octávio Eliseu sobre a possibilidade de fraude nas votações. Os dois parlamentares comentaram ao presidente da Constituinte que passaram a suspeitar das fraudes porque os resultados das votações indicavam presença maior do que o número de deputados no plenário. Conforme o deputado Haroldo Sabóia, Ulysses explicou que passaria a observar melhor o problema.

Já o senador Virgílio Távora (PDS-CE), sem querer citar nomes, disse que as fraudes realmente estão ocorrendo no plenário e que somente serão eliminadas se forem retirados os postos de votação.

Na prática, um constituinte pode votar até cinco vezes na mesma questão. Ele pode digitar o número de outro constituinte na mesa e, depois, além do seu número-código, imprimir outros três nos quatro postos de votação coletiva que foram instalados no plenário, sobre os quais não há controle. Alguns deputados admitiram ontem essa tática.

Lourenço e Andrada rompem o acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lourenço, líder do PFL, foram os responsáveis pelo rompimento do acordo entre o Centrão e o PMDB sobre o direito de propriedade, resultando no buraco negro, que obrigará os dois lados a se reunirem hoje para negociar um novo texto. O acordo havia sido fechado no Palácio do Planalto entre as lideranças e o presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães, mas, ao ser repassado para os integrantes do Centrão, o deputado Bonifácio de Andrada não concordou com o novo texto e passou a fazer um trabalho de convencimento entre os constituintes que compõem o grupo, para demovê-los da ideia de votar a favor da emenda de consenso sobre direito de propriedade.

O rompimento do acordo se deu por volta das 11 horas, após dois telefonemas entre José Lourenço e o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Da primeira vez, por volta das 10 horas, Covas informou a Lourenço que estava conversando com os partidos de esquerda para fe-

char o acordo e que tudo caminhava bem, pedindo que um novo contato fosse feito em uma hora. Quando José Lourenço ligou a segunda vez para Covas, este estava ao telefone e Lourenço, irritado por não ter uma resposta, disse à secretária do senador que informasse a ele que o acordo estava rompido, sem dar maiores explicações.

O texto acordado, fruto da fusão de emendas coletivas do Centrão, do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Guedes (PMDB-RO) dizia o seguinte: "É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, interesse social ou para a proteção do bem-estar social, do meio ambiente e conservação dos recursos naturais, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos nesta Constituição. Em caso de perigo iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário, indenização ulterior, se houver dano".

Bonifácio de Andrada, invocando o direito constitucional, não aceitou o texto acertado, dizendo que não concordava com a proteção do bem-estar social.